

British Airways promove despedimento colectivo ilícito em Lisboa

A British Airways tem em curso um despedimento colectivo em Lisboa, através do qual pretende despedir 14 funcionários (invocando que são 18, quando na realidade são só 14, uma vez que três funcionários continuam na empresa, a trabalhar em Londres, sendo que o quarto se encontra a um ano da reforma).

De acordo com a comunicação enviada aos funcionários, o despedimento tem como fundamento uma alegada reestruturação da organização produtiva da empresa em Portugal.

Em concreto, a British Airways alega que o recurso a um prestador de serviços externos para a realização da operação em Portugal, particularmente dos serviços de *handling* no Aeroporto Lisboa, constituirá uma poupança anual para a empresa de cerca de 800 mil euros.

A British Airways comunicou aos trabalhadores a despedir que vai contratar a Groundforce para fazer o serviço que estes fazem.

Ou seja, a British Airways comunicou, como fundamento do despedimento colectivo, que vai despedir o seu pessoal efectivo, com maior antiguidade e com salários mais elevados, para (indirectamente) contratar pessoal para fazer o mesmo serviço, por um preço mais baixo!

A British Airways não vai deixar de operar em Lisboa.

A British Airways não vai reduzir o número de voos de e para Lisboa.

A British Airways não se encontra em situação económica difícil.

A British Airways apresentou lucros líquidos de 555 milhões de euros em 2011.

A British Airways apresentou lucros líquidos cerca de 324 milhões de euros em 2012.

O despedimento em curso feito sob a capa de um despedimento colectivo é um despedimento ilegal, pois a lei não permite despedir trabalhadores para os substituir por outros mais baratos, em regime de outsourcing ou qualquer outro.

A ilegalidade é de tal ordem, que os trabalhadores despedidos podem concorrer à Groundforce para fazer o mesmo que têm estado a fazer nos últimos 20 anos, mas a ganhar 1/3 do ordenado!

Esta é mais uma evidência do aproveitamento ilegal e injustificado das grandes empresas para, supostamente a coberto da lei, lançarem para o despedimento trabalhadores, grande parte deles com mais de 20 anos de antiguidade e com idades entre os 40 e os 50 anos, que irão encontrar sérias dificuldades de retorno ao mercado de trabalho.

Esta é mais uma das situações em que o Estado, a Segurança Social, paga por todos os contribuintes, irá despende recursos através da atribuição de subsídios de desemprego em consequência do aproveitamento ilícito e injustificado de mecanismos da lei por grandes grupos económicos.

Os trabalhadores não se resignam com a situação, tendo já a maioria requerido judicialmente a suspensão do despedimento, prossequindo depois a impugnação do mesmo.